

Diálogos e projetos: a voz e a presença de pessoas transexuais e travestis na transformação da universidade

MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI*

Resumo: Este relato de experiência acadêmica tem como objetivo demonstrar a permanência do sistema cisheteronormativo nas condutas e discursos de alguns docentes da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), a partir de relatos espontâneos de estudantes durante as aulas. Faz uso, também, de trechos de entrevistas realizadas com pessoas travestis e transexuais da cidade de Alfenas, sobre suas vivências, em pesquisa desenvolvida sobre a memória LGBTQIA+, realizada desde 2018, para demonstrar como suas presenças geraram vínculos que se refletem na elaboração de projetos de ensino e de extensão na Universidade. Suas vozes são fundamentais para promover o questionamento do sistema cisheteronormativo na universidade, além de ações que transformem a vida das pessoas transgêneras e da própria comunidade acadêmica.

Palavras-chave: universidade; transexuais; travestis; projetos; diálogos.

Dialogues and projects: the voice and presence of transsexuals and transvestites in the transformation of the university

Abstract: This academic experience report aims to demonstrate the permanence of the cisheteronormative system in the behaviors and discourses of some professors at the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG), based on the spontaneous reports of students during classes. It is also based upon excerpts of interviews with transvestites and transsexual individuals from the city of Alfenas, regarding their experiences. The data gathered is part of a research project on LGBTQIA+ memory, carried out since 2018, that demonstrates how their presence on campus generated bonds which are reflected in the elaboration of teaching and extension projects at the University. Their voices are fundamental to promote the questioning of the cisheteronormative system at the university, as well as to support actions that transform transgender people's lives and the academic community itself.

Key words: university; transsexual; transvestites; projects; dialogues.



* MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI é professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), do Mestrado Diversitas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

“Eu sempre quis contar minha história e aí você chegou”

Nos anos de 2018 e 2019 desenvolvi uma pesquisa, por meio de história oral de vida, com parte da comunidade LGBTQIA+ de Alfenas, onde desde 2000 o Movimento Gay de Alfenas (MGA) realiza ações, entre elas a Parada, a segunda maior do estado de Minas Gerais. Fui procurada na Universidade por seus membros para que pudéssemos conversar e registrar suas memórias contra silenciamentos históricos na cidade, evidenciando que nem sempre nossos objetos de estudo nascem de nossas escolhas acadêmicas, mas podem advir de demandas sociais e de sujeito(a)s que exigem de nós parceria e posicionamento. Criada por um grupo de amigos, entre eles o então estudante de Direito Sander Simaglio que foi o seu idealizador, a instituição MGA é referência no sul mineiro quanto a uma série de intervenções. Nos primeiros anos, em especial, eles conseguiram manter uma sede no centro da cidade, quando ainda concorriam a editais e financiamentos, e criaram projetos relativos à saúde e à orientação de pessoas LGBTQIA+, entre eles a realização de testagens, acolhimento de pessoas com HIV/Aids, acompanhamento das profissionais do sexo, apoio jurídico para questões de discriminação e violência, além de cursos técnicos para mulheres trans e travestis.

Além dessas realizações, os membros do MGA também fazem parcerias com a Universidade Federal de Alfenas, entre elas a realização da *Semana da Diversidade*, com palestras, rodas de conversa, entrevistas públicas, tanto na área de saúde como referentes às questões de lgbtfobia e direitos LGBTQIA+. As memórias desses eventos foram registradas a partir de um

projeto de história oral com seus participantes, majoritariamente homens cisgêneros e homossexuais, no livro *Que possamos ser o que somos (2019)*, em que se evidenciam processos de conquistas e também de disputas no pequeno e conservador município do sul mineiro. A pesquisa sobre a trajetória histórica do MGA, por meio de memórias orais, permitiu perceber, também, dois importantes aspectos: primeiro, a dissonância na memória coletiva por parte de mulheres trans e de travestis dentro do MGA, que reivindicavam suas especificidades e denunciavam processos de discriminação dentro do próprio movimento; segundo, a necessidade da universidade abrir cada vez mais espaço para essas vozes que ecoam por toda a cidade, por meio de elaboração de projetos, de maneira a desencastelar-se e a repensar a si mesma quanto ao seu papel público e ao sentido do conhecimento que produz.

O trabalho de escuta que tenho desenvolvido com pessoas LGBTQIA+, em especial no momento, com travestis e com mulheres e homens transexuais, tem me ensinado a ter “olhos de ver” e “ouvidos de escuta”, não apenas em relação às narrativas sobre suas memórias e histórias, mas à dinâmica da própria Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) quanto às suas reivindicações e resistências; como corpos ainda excluídos do espaço acadêmico, nas ações de ensino, de pesquisa e de extensão. Desde o período em que atuei como professora no ensino básico (1986-2012), sempre me questioneei sobre as perguntas que fazíamos, como profissionais da educação, sobre nossas escolhas, nossos currículos e processos de aprendizado por nós mediados; sobre os sentidos subjetivos e sociais de nosso lidar com a diversidade e a alteridade. Ao

desenvolver projetos com história oral de vida (desde 2008) e adentrar o espaço da universidade, em 2013, estas questões ficaram ainda mais evidentes¹. Afinal, o que são e para que (ou quem) servem os conhecimentos ali produzidos; que relações de sociabilidade e que efeitos sobre as existências promovemos com o nosso trabalho?

Nos últimos quatro anos, minhas pesquisas se voltaram, em especial, para as narrativas orais de pessoas LGBTQIA+, dentro e fora da UNIFAL-MG, onde atuo como professora adjunta². Esse processo envolveu, até o momento, a escuta de 26 histórias de vida, muitas vezes entrelaçadas, em consonância ou em dissenso sobre pautas identitárias e disputas políticas sobre as quais este texto não pretende tratar especificamente. Proponho-me a discutir aqui os efeitos de presença que a palavra dessas pessoas pode gerar em processos de ensino, pesquisa e extensão numa universidade atravessada pela cisheteronormatividade.

O historiador Alessandro Portelli (2010) afirma que a pesquisa em história oral pode se tornar um encontro de

diferentes que procuram uma igualdade possível no direito de dizer. Ao me encontrar com cada um dos membros do MGA e, particularmente, com travestis, mulheres e dos homens trans, nossas assimetrias permanecem evidentes em muitos aspectos (a começar pela minha própria cisheterossexualidade). No entanto, a oportunidade de nos ouvirmos e nos analisarmos mutuamente, aos poucos nos vinculam em torno de certa aliança: nossas diferenças apontam a necessidade de apostarmos em certa “ética de coabitação” entre corpos, vidas e pautas que não findam na pesquisa, mas se estendem em ações colaborativas para reagirmos às precarizações da vida (BUTLER, 2018).

A expressão de uma de minhas entrevistadas, uma mulher transexual, me dizendo “Eu sempre quis contar minha história e aí você chegou” (Lucielly, informação verbal, 2019), logo apontava para a possibilidade de nossa aliança, chamando-me à responsabilidade sobre o fazer como profissional de uma universidade pública, uma historiadora que se comprometia com a escuta e a publicização de sua palavra, seja na produção de um livro, nos usos daquelas narrativas nas aulas, no estímulo a novas pesquisas ou na criação de projetos que trouxessem transformação às suas/nossas vidas. Aqueles encontros me ensinam que um estudo de história oral (ou qualquer pesquisa acadêmica) pode se findar no registro escrito e no compartilhamento diante de um público formado por pares que legitimam a pesquisa a partir de pressupostos científicos; mas que é sempre possível nos perguntarmos sobre o depois, sobre o que a Academia pode fazer pelos públicos que ultrapassam o viés acadêmico. Como o trabalho com

¹ Em outras oportunidades, realizei estudos com homens e mulheres cis que lutaram contra a ditadura civil-militar (2008-2012), em São Paulo; com pescadore(a)s, no Maranhão (2013); com mulheres cis que sofreram violência severa de gênero no Piauí (2014); com congadeiras e congadeiros cis em Minas Gerais (2015), sempre preocupada com as memórias orais e as relações de gênero.

² Nesse texto não falarei das entrevistas realizadas, mas utilizarei alguns trechos apenas para demonstrar a relação entre elas e projetos de extensão e ações de ensino na Universidade Federal de Alfenas. A pesquisa realizada no momento foi intitulada *Pelo direito de existir: histórias de vida de mulheres transexuais e travestis mineiras* e passou pela aprovação do Comitê de ética da UNIFAL, sendo as entrevistas transcritas, conferidas e autorizadas para a publicação.

pessoas transgêneras³ (e não exatamente sobre) pode/deve contribuir para a própria vida dentro e fora da Academia, em relação a condutas e discursos que reproduzem a exclusão e àqueles que podem gerar a inclusão na diversidade?

Para demonstrar os efeitos das entrevistas, além da publicação de um livro (que está sendo escrito com ele/as, neste momento), utilizo de alguns trechos transcritos de narrativas das mulheres e homens trans que têm participado de diferentes ações de ensino e de extensão, em decorrência da pesquisa realizada e dos vínculos de compromisso criados: Lucielly (professora de educação infantil), Wall (agente de saúde), Ana Luíza (estudante de Medicina), Theo (enfermeiro) e Kelton (biólogo). Faço uso também, para promover a reflexão sobre o papel da universidade nas questões de gênero e sexualidade, de expressões orais e anônimas sobre experiências compartilhadas por estudantes de forma espontânea, em sala de aula. Por ministrar duas disciplinas optativas – na ausência de obrigatórias ou eletivas no curso de História – uma delas sobre Gênero e Sexualidade e outra sobre Felicidade, Amor e Amizade - nas quais ocorre o fluxo de estudantes de diferentes cursos, boa parte deles LGBTQIA+ - tenho a oportunidade de escutar histórias pessoais e coletivas,

³ O termo transgênero é um guarda-chuva utilizado para se referir a várias identidades não cisgêneras, entre elas: homens ou mulheres transexuais, travestis, mulheres transgêneras, homens transgêneros, pessoas transmasculines(os) e pessoas não binárias. Os termos travestis e transexuais são bastante utilizados nos movimentos sociais e, por isso, são usados em vários momentos do texto. Além disso, as pessoas que participam desta pesquisa são autodefinidas como transexuais. Sobre estas nomeações consultar a transfeminista Leticia Nascimento (2021, p.18-19).

muitas delas vividas dentro do espaço do Ensino Superior.

Essas narrativas – sistematizadas ou voluntárias - não têm caráter ilustrativo, mas são representativas de modos de opressão e silenciamento, e serviram de alerta para apontar a necessidade de debates relativos à reprodução de normatividades que estigmatizam e excluem as existências transgressoras do “cis-tema” (usando aqui a expressão de Viviane Vergueiro, 2015). Por meio delas, percorro meu texto de maneira a evidenciar efeitos desse “cis-tema” sobre as vivências trans e travestis e mesmo sobre aquelas que se orientam por ele; no segundo momento, elas são instrumento para apresentar a forma como as vozes significam a potencialidade e a capacidade de produzir presenças na UNIFAL-MG, impactando na elaboração de projetos e na produção de um novo conhecimento que promova visibilidade e reconhecimento.

“A quem interessa isso na universidade?”

Parto da resposta dada a um aluno por um professor, ao ser abordado sobre a possibilidade de orientá-lo numa iniciação científica sobre a medicina para pessoas transexuais e travestis. O questionamento sobre a legitimidade do tema, feito pelo docente, foi acompanhado, ainda, de um alerta: “Não confunda ciência com Humanidades”, numa tentativa clara de opor o conhecimento científico à área de Humanas e de desmerecê-la. O relato do aluno em caráter de indignação, durante uma aula, evidenciava não apenas a possível ignorância de seu pretendido orientador, mas a imposição da normatividade cisheterossexual sobre as pesquisas, validando o que importa ou não à universidade e alocando certas

vidas ao lugar da invisibilidade ou precarização.

Além dessa questão, a observação do professor deixava clara a diferenciação entre cursos e áreas, revelando a hierarquização e fragmentação de conhecimentos no espaço acadêmico. Assim, às Ciências Humanas caberia uma preocupação com aquilo que não diria respeito à técnica, à neutralidade e ao distanciamento. Pude perceber essa mesma visão quando, numa conversa com alguém da área de Saúde, perguntei sobre os procedimentos clínicos para pessoas transexuais e travestis e ele me respondeu que, embora existissem, tinham caráter secundário em uma aula, cabendo às Humanas problematizá-los.

Situações como essa demonstram que apesar de algumas conquistas como o uso do nome social pelo(a)s estudantes da UNIFAL, muito(a)s pesquisadores(a)s/professore(a)s resistem à abertura de seus estudos e aulas para demandas de gênero e de sexualidade (junto a outras interseccionalidades) e de projetos que promovam o diálogo com a população LGBTQIA+, em especial na cidade de Alfenas e de municípios vizinhos de onde chegam o(a)s discentes. Como afirmou Henrique Nardi (2013, p.189-190), o espaço acadêmico, muitas vezes, determina “os lugares reservados às práticas sociais de cada campo de atuação, além das regras específicas de pertencimento e formação da identidade profissional”, dividindo o conhecimento e criando até mesmo oposições. O saber científico colocado em caixinhas estimula alguns/mas docentes a considerarem que não devem ser responsabilizado(a)s pela reprodução de práticas e de preconceitos racistas, sexistas e cisheterossexistas, ou ainda, a se posicionarem como portadores da neutralidade, da ciência racional e

distanciada, ciência esta que por ser assim defendida omite e naturaliza a sua própria opressão no cotidiano:

A violência do cotidiano, por sua vez, remete à manutenção da norma por meio da demarcação dos espaços nos quais se pode falar de sexualidade e de gênero e dos espaços onde a heteronormatividade impera, naturalizando as relações de gênero e a hierarquia sexual. As relações de poder no cotidiano se evidenciam, sobretudo, nas hierarquias no interior da instituição e no silenciamento das diferentes expressões de gênero e da sexualidade que habitam a universidade, em momentos nos quais a disciplina e o controle se articulam. Essas expressões da sexualidade só são legítimas como objetos de estudo e intervenção, mas são interditas na ritualização hegemônica dos espaços de sociabilidade (...). (NARDI, 2013, p. 190-191)

Embora Nardi tenha como objeto de investigação as realizações de trotes nas universidades, suas considerações contribuem para pensarmos os vários espaços e momentos da vida acadêmica. É possível observar certo descompasso entre a realização de estudos que levem em conta as questões LGBTQIA+ e atitudes e falas que circulam no cotidiano, em forma de piadas ou desqualificações entre grupos, na omissão desses temas nos currículos e, ainda, nas atitudes lgbtfóbicas em sala de aula. A própria ausência de questionamentos sobre o que os corpos e as histórias de pessoas trans, não binárias e travestis, por exemplo, podem mudar na forma de se construir o conhecimento e ler o mundo (nas três dimensões de pesquisa, ensino e extensão), por parte de algum(ma)s professore(a)s, afeta diretamente a

existência de pessoas transgêneras, que sofrem com o estigma, a invisibilização e a discriminação histórica e social.

A polêmica, certa vez, em um debate no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na UNIFAL-MG, sobre as formas diferenciadas de como as normas afetam as existências, recaiu sobre o direito de docentes fazerem “piadas” relativas a pessoas LGBTQIA+ em sala de aula. Certo professor defendeu que utilizá-las seria uma estratégia pedagógica para tornar a aula “mais leve” e que ser privado de continuar a fazê-lo era uma violência contra sua liberdade de expressão. Sua fala demonstrou como enunciados preconceituosos advindos de intelectuais admirado(a)s por aluno(a)s podem reforçar estereótipos e modelos de condutas que naturalizam e legitimam o uso de conceitos abstratos como “liberdade” para a licença de práticas lgbtfóbicas. Ainda outro argumento muito ouvido na Academia, de que tratar de questões de raça, gênero e sexualidade apenas serve como “nuvem de fumaça” para problemas sociais “mais sérios”, alimenta o silêncio relativo ao reconhecimento de identidades e à hierarquização de vidas sob a concepção da existência do *homo sacer*, descartável e matável, ao qual cabe um “não-lugar” (Agamben, 2010).

Apesar disso, o PIBID da UNIFAL-MG tem construído projetos multidisciplinares que trazem como temáticas as relações desiguais de gênero, sexualidade e raça na escola, o que tem aberto a possibilidade de diálogo com a população trans e travesti da cidade de Alfenas, em meio a ela as pessoas que tenho entrevistado e discentes do Ensino Básico, que vivem a experiência do estigma no espaço escolar. Os encontros para debater esses temas, o exercício de elaboração de

intervenções em aula, ou as conversas virtuais nos sábados pedagógicos, organizados pela Secretaria da Educação de Minas Gerais durante a pandemia, têm promovido a oportunidade da troca entre o conhecimento científico e os saberes e vivências de aluno(as) e professor(a)s, relativos às diferentes formas de existência e da modificação dos corpos, assim como a recriação de práticas educacionais que trabalhem e respeitem as diferenças. Tem se efetuado, entre tantas dificuldades, o compromisso acadêmico contra a precarização das vidas, assumindo que todo ser humano importa e que a educação é um caminho importante de mudança.

“Eu fico pensando se chegarei viva na UNIFAL”

O(a)s colaboradore(a)s da pesquisa que desenvolvo têm participado efetivamente de atividades nas três dimensões acadêmicas, com sua presença e publicização da palavra. No evento de *15 dias de Ativismo pelo Enfrentamento da Violência Contra a Mulher*, no final de 2019, Wall, uma de minhas entrevistadas, foi convidada para narrar sobre sua vida como mulher trans, que trabalha como agente de saúde na cidade. Logo de início, ela provocou o(à)s presentes sobre o que vinham pensando a caminho da Universidade, quando saíam de casa. Algum(ma)s dele(a)s se manifestaram falando sobre a preocupação com o estudo, com determinada prova ou professor. Ela, então, chamou a atenção dele(a)s para a sua trajetória até ali, com todos os riscos que corria ao expor seu corpo transgressor pelas ruas: “Quando eu vou comprar pão todo dia, eu tô mostrando que existo. (...) Eu fico pensando se chegarei viva na UNIFAL”, afirmou ela, promovendo um silêncio por todo o auditório.

Ao final de sua narrativa, muito(a)s aluno(a)s se manifestaram sobre como haviam tido a oportunidade de pensar sobre a vida de pessoas transgêneras dentro daquele espaço; como desconheciam outras existências, limitado(a)s pela cisheteronormatividade imposta como verdade em suas vidas. Os efeitos de suas vozes potentes e presenças na Academia, quebrando paradigmas, se fazem sentir em diferentes momentos. Em outras oportunidades, as mulheres e homens trans com quem estabeleci vínculos para além das entrevistas estão presentes para se narrar, seja durante as aulas, grupos de estudo, mesas redondas ou rodas de conversa, pelas quais suas histórias – não apenas de violência, mas também de prazer e conquistas – oportunizam a comunidade acadêmica a se repensar. São estudantes, professoras, cabeleireiras, profissionais da saúde, prostitutas, com trajetórias plurais, que se fazem ouvir e que “colocam a cisheteronormatividade no divã”, na medida em que também nos fazem pensar sobre a construção da nossa própria corporeidade e subjetividade. Como afirmou a pesquisadora travesti e negra Letícia Carolina Nascimento, junto a Shara Jane Adad e Lucivando Martins:

Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em questão. Diversidade, por sua vez, é cada um no seu quadrado, uma perspectiva que entende o outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados na criação desse outro e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas toleramos, mas dialogamos com ele, sabendo que

essa relação nos transformará. (ADAD; NASCIMENTO; MARTINS, 2020, p. 9-10)

Suas ideias nos fazem considerar que o reconhecimento da diferença nos remete à ideia de possibilidade, de modo que aquele(a) que desconhecemos também nos habita em algum momento. Implica no exercício, ainda, da empatia, de consciência daquilo que nos distingue, a partir de experiências e identidades distintas, mas que não impede de nos colocarmos no lugar um(ma)s do(a)s outro(a)s e nos sensibilizarmos com emoções, práticas e expectativas alheias, numa possibilidade de metamorfose constante.

Para promover atividades que ampliem ainda mais os espaços e momentos de presença e diálogo com a comunidade LGBTQIA+ de Alfenas e região, a UNIFAL-MG tem criado núcleos associados ao Departamento de Direitos Humanos. Entre eles está o *Núcleo de Diversidade Sexual e de Gêneros (Diverges)*, formado recentemente, do qual faço parte e que conta com membros da comunidade acadêmica. A criação do Núcleo atende a uma demanda constante, por parte de aluno(a)s e do MGA, para pensar operações voltadas à integração e permanência de estudantes na Universidade, como cotas e bolsas de iniciação científica e de permanência para pessoas transexuais e travestis, além de formular propostas de acolhimento de denúncias contra tipos de violência simbólica ou física e de promoção de reflexões em todos os cursos sobre direitos da comunidade, formação profissional e escuta sensível dessa população.

Nos últimos anos, a presença de profissionais transexuais e travestis ligados à saúde, como enfermeiras, médicos e agentes sanitários, em

eventos da Universidade, ou em aulas para as quais são convidado(a)s, tem produzido efeitos na posição conservadora de docentes e discentes. Afetados por esses diálogos, certos estudantes e professore(a)s têm criados coletivos, grupos de estudos e *lives* em que se dispõem a ouvir e a aprender com as pessoas transgêneras sobre suas vidas, seus corpos e subjetividades. Tenho participado, seja como mediadora ou debatedora, de momentos de discussão nos quais elas são protagonistas e questionam a postura, a ciência e os discursos que circulam na Academia, procurando mudar a forma como a transexualidade e a travestilidade são percebidas por alguns cursos e seus profissionais, uma vez que entendê-las é fundamental para se pensar a qualidade da direção e do acolhimento de suas demandas. Hoje alguns projetos de extensão estão em andamento na UNIFAL, entre eles os intitulados *Saúde Mental e Diversidade: Comunidade LGBTQIA+*, *Sexualidade Consciente*, o *Grupo de Estudos de Gênero pela Não Intolerância (GENI)*, o *Coletivo Direitos Humanos, Cinema e Afetos* e o *Grupo de Estudos Gênero, Diversidade e Afeto*, sendo este último coordenado por mim e que conta com a participação de estudantes e de indivíduos da comunidade trans e travesti de Alfenas.

Embora possam ser considerados trabalhos pontuais, é preciso que sejam nomeados e entendidos como potenciais políticas de alianças, comprometidas com a defesa de vidas vulneráveis, em suas distintas e cruzadas formas: econômicas, políticas, sociais e subjetivas. São posicionamentos que implicam em negociações e aproximações, em processos de empatia e respeito à alteridade, na medida em que não apenas “tratam de”, mas estabelecem diálogos entre diferentes, a

fim de promover o encontro, construir resistências e recriar a própria universidade. Em uma das *Semanas da Diversidade*, em 2019, Ana Luíza, estudante transexual do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), veio compartilhar a sua história com estudantes, não sob a perspectiva da vitimização, condição cristalizada pela qual muitas vezes a população transgênera é projetada pelo olhar salvacionista cisgênero, mas como forma de também discutir suas utopias, suas capacidades e suas conquistas. O relato produziu debates fundamentais no espaço acadêmico e sua trajetória desconstruiu muitos estigmas entre aluno(a)s e docentes que a ouviram, mexendo com a autoestima e com o desejo de se produzir outro conhecimento que reconheça histórias e existências. Sobre ser uma mulher transexual numa faculdade de Medicina, Ana Luíza nos narrou:

É... sem palavras para descrever o que significa ter uma mulher trans na universidade, na faculdade de Medicina. Porque eu não gosto, às vezes, de ficar falando que eu faço medicina, porque isso afasta pessoas. Afasta mesmo! Tem gente que pensa que quem faz Medicina são os filhinhos de papai, que tem ótimas condições e que nas férias para viajar para a Europa, e não é bem assim. A realidade é outra! (...) Então, eu não gosto de falar. Mas, pelo fato de ser trans e haver poucas pessoas trans, às vezes não é por mim, mas pela militância, gosto de mostrar que as pessoas trans podem, sim, ocupar qualquer espaço, podem fazer qualquer curso, pode ser uma teoria da dança, por exemplo, até um curso que é elitizado como a Medicina! (...) De certa forma, é uma forma de espelho, praticamente; uma referência. Eu percebo muito! E

depois de mim também tiveram muitas meninas trans que chegaram em mim querendo falar e querendo dicas, assim, pra fazer ENEM e querendo saber também a questão de nome social na universidade, e que entrou depois. Eu fiquei, assim, muito feliz, sabe? Eu fiquei muito feliz mesmo!! (Ana Luíza, informação verbal, 2019)

A trajetória da estudante, cuja narrativa também faz parte do estudo que desenvolvo sobre/com travestis, mulheres e homens transexuais no sul mineiro, inspirou pessoas e provocou a Academia, ao quebrar estereótipos e mostrar como são necessárias políticas públicas que garantam direitos ao acesso e à permanência no espaço acadêmico de indivíduos como ela. Ana Luíza – hoje formada – também foi convidada por mim para participar de aulas e do grupo *Gênero, Diversidade Afetos*. Sua presença na universidade deve não apenas ser celebrada, mas nos estimular a refletir sobre o porquê, ainda, de tantas ausências.

“Como vamos ensinar as pessoas trans sobre o conceito de Queer?”

A pergunta acima é recorrente nas aulas que ministro, por parte de aluno(a)s bem intencionado(a)s. Ela revela uma posição acadêmica, por vezes ingênua, que apesar de desconhecer as vidas de pessoas transgêneras, pretende ensinar a elas os conceitos, quando deveria, primeiro, abrir espaços para ouvir e aprender. A presença dessa comunidade na UNIFAL-MG, assim como nas demais instituições pelo país, ainda é muito reduzida, embora medidas tenham sido tomadas no sentido de ampliar o acesso, tais como debates para a adoção de cotas para seleção no Sisu, o reconhecimento do nome social de discentes transexuais e a criação de cotas para bolsas de Iniciação Científica. Claro está que não se trata de

um problema exclusivo da instituição, mas de processos de preconceito, discriminação e exclusão que a antecede e atravessa. Embora recentemente a portaria para uso do nome social de discentes trans e travestis tenha sido assinada, alguns professores desconhecem ou ignoram a importância, insistindo em chamá-los por seu nome civil, assim como orientam seu(u)a aluno(a)s, futuros trabalhadore(a)s da área da Saúde:

Uma vez, na aula, perguntamos ao professor como deveríamos abordar uma pessoa trans numa clínica, e ele respondeu que era preciso chamar pelo nome da certidão, pois era o correto, e que para o atendimento o nome social não faria diferença. (Aluno, informação verbal)

Entre discentes, pouco(a)s são aquele(a)s que fazem a “transição” enquanto estão estudando, muitas vezes para não sofrerem constrangimento relativo a concepções como esta. Não há estudantes trans mulheres ou travestis na UNIFAL, mas alguns homens transexuais, que têm sua vida “facilitada” pela passibilidade em alguns cursos. Mesmo assim, há muitos vivendo sob o grande armário da lgbtfobia que é estimulado muitas vezes, pela pedagogia do insulto, da piada ofensiva e do desconhecimento. A única mulher trans entre as estudantes, há alguns anos, tinha orientação sexual lésbica e esteve envolvida em acusações de agressão à sua companheira, enquanto ainda estudava na Universidade. Na época, ao ouvir o(a)s aluno(a)s, lembro que as acusações em torno dela, principalmente vindo de posicionamentos feministas mais radicais, era de que ela seria um homem e, portanto, violador de mulheres cisgêneras, percepção que impediu que debates mais profundos ocorressem. A

associação entre o sexo biológico e os atributos masculinos como agressividade e machismo serviram como argumento para encerrar a oportunidade de conhecer as existências transexuais e para reforçar a transfobia, inclusive entre discentes homossexuais e bissexuais.

Em 2019, passei a entrevistar homens trans, no caso quatro estudantes da UNIFAL-MG, que iniciaram o processo de transição após o encerramento de seus cursos de graduação. Quanto à presença do corpo travesti ou transexual “feminino”, ainda não pude observar ali, o que nos sinaliza o risco maior do corpo considerado transgressor (com as marcas da “feminilidade”) no espaço de educação. Um deles, Kelton, graduado em Biologia, começou o seu processo quando estava para se formar. De início identificava-se como homossexual, mas passou a conhecer a si mesmo a partir dos debates iniciados na Academia, em que era possível não apenas acessar o que dizia a ciência sobre seus corpos, mas principalmente as subjetividades expressas nas narrativas de convidados LGBTQIA+, em encontros como os do PIBID e em outros eventos como a *Semana da Diversidade*. Ele afirma que ainda está se conhecendo e que, às vezes, se considera uma pessoa não binária, às vezes uma pessoa transexual, mas que isso não o afeta. O que lhe preocupa é a baixa participação, assim como os poucos momentos pedagógicos que possibilitariam falar das existências transexuais e não binárias na Academia. Ele também aponta para uma cultura marcada pelo desconhecimento:

Acredito que a universidade ajuda bastante, com os debates, os cursos, as disciplinas, a teoria queer... Mas a sociabilidade não, porque acredito que depois que eu me assumi trans as pessoas ficaram com mais dificuldade em conversar comigo,

não sei por quê. Simplesmente, antes eu sentava ali no Hall do prédio V e falava com todo mundo. Até pessoas que são próximas a mim, que conviveram comigo todo o período. Hoje em dia não conversam como antes, não sei se por medo de conversar, por desconhecimento, e falar um pronome errado, e ficar com vergonha ou achar que eu vou achar ruim, sabe? Eu acho que tem muito disso, de ficar com medo de falar o pronome e acabar errado, coisa que de fato pra mim não incomoda. Já tentei deixar claro várias vezes, de maneira nenhuma incomoda... Eu não ligo... Estamos todos transitando juntos... E a universidade ainda fala pouco sobre isso, sobre quem somos... (Kelton, informação verbal, 2019)

Assim como Kelton, Theo, que é formado em Enfermagem, hoje atuando em hospitais de Alfenas e em *home care*, fez sua transição após formar-se na UNIFAL-MG. Colaborador de minha pesquisa, foi convidado por mim para narrar sobre sua vida ao(a)s aluno(a)s e debater com eles sobre as existências plurais de gênero e sexualidade, desconstruindo o pressuposto de um caráter biológico associado à masculinidade hegemônica (CONNELL, 2018). Sua narrativa sempre se refere à não identificação com a universalização do sujeito masculino, atrelado à violação das mulheres ou a certa virilidade que ele afirma abominar:

A sepultura do machismo idealizou que ele tem que ser forte, másculo; que ele tem que pegar a mulher com violência, machucar, arrancar sangue. Tem um que acha lindo falar que amarra, que arranca sangue e que a menina gosta... Eu não entendo! E eu entendo a prática, que tem pessoas que gostam e eu entendo realmente, mas

o discurso dele é violento, aquilo dependendo de quem ouve, gera incomodo, desconforto no meu caso, me embrulha o estômago, eu fico mal... eu não consigo conviver com esse tipo de homem hétero! (...) Mas... quando eu me forcei a conviver com homens foi um choque de realidade muito grande! Fiquei com vergonha... Gente, será que... Não é esse o homem que eu quero me tornar! (Theo, informação verbal, 2019)

A negação em ser o homem hegemônico, associado à dominação sobre os corpos e a vida de mulheres, apresentada nas entrevistas que me concedeu, também é expressa nos momentos em que Theo dialoga com discentes sobre sua vida. Essa ruptura de expectativas dicotômicas e binárias entre o masculino e o feminino, dada pelas performances, pelas experiências e pelas vozes de pessoas transexuais e travestis que são convidadas a participar de momentos de provocação e de compartilhamento, mostra-se oportunidade de se pensar o sentido do queer, não porque precisemos ensinar às pessoas transgêneras – porque para elas muitas vezes pouco importam os conceitos e teorias e porque, também, são elas que nos ensinam. Como afirmou Wall, uma mulher que se define como transexual, a um grupo de estudantes: “Pouco me importa o nome que vocês dão à minha forma de existir. Importa o que vocês podem fazer para ampliar os direitos das pessoas trans”.

Não se trata de abandonar os preceitos científicos, que nos ajudam a ler o mundo de modo mais sistematizado e profundo, mas justamente de ampliá-los garantindo o direito à fala, em pluralidade, questionando-os e ressignificando-os pelas experiências que preenchem os vazios. A presença de pessoas como Theo, Ana Luíza, Wall e

Kelton na Universidade, mesmo que esporádicas, e o reconhecimento de que o espaço acadêmico é ainda excludente em relação a indivíduos como eles, nos movem em busca de uma luta baseada em vínculos e negociações que nos responsabilizam por projetos de pesquisa, ensino e extensão, oportunizando novas formas de pensar o conhecimento e a própria vida.

“É muito necessário trazer isso pra universidade!”

Há alguns anos no Brasil os debates sobre história pública vêm se expandindo, questionando e mudando as formas de se produzir, pensar e comunicar os diversos saberes históricos. A história pública, abordada sob várias perspectivas⁴, importa aqui compreendida como prática historiadora preocupada em transformar e descolonizar a própria ciência histórica atravessada por relações de poder e saber, que incluem gênero, classe e raça. Prática esta que envolve considerar os públicos diversos que se encontram dentro do espaço acadêmico, no escolar e nas redes virtuais, considerando não apenas a ampliação das audiências sobre o que a universidade produz, mas buscando afetá-la a partir da criação de processos mais democráticos e participativos de elaboração e divulgação de saberes que circulam e que afetam as existências.

Isso significa questionar os discursos sobre a neutralidade historiográfica e seu modelo eurocentrado e cisheteronormativo, pelos quais as

⁴ A história pública como prática ou atitude historiadora (não exclusivamente historiográfica) é uma concepção que entende o historiador como mediador de outros saberes e narrativas históricas, além da universidade, criando processos democráticos de produção e comunicação do conhecimento histórico. Sobre história pública ver ALMEIDA; ROVAI (2011).

experiências ao longo do processo histórico são marcadas pelo reforço do modelo binário homem-mulher, com todos os atributos e papéis cristalizados que ensinam modos de comportamento e valores morais e os transmitem em norma naturalizada. Significa, também, recriar formas inclusivas de ampliação do conhecimento, utilizando as tecnologias que nos colocam em rede, ocupando os espaços em que se confrontam discursos que se pretendem disciplinadores dos corpos e apagadores das histórias e memórias de grupos “subalternizados”, mas nunca silenciados⁵.

Grada Kilomba (2019) nos fala que o processo de mudança pela sociedade – da qual a universidade faz parte – passa pela necessária conscientização coletiva sobre as injustiças cometidas historicamente. Neste texto, falo de injustiças, dores e desejos de indivíduos e coletivos que trazem em seus corpos a transgressão visível do “cis-tema” que lhes nega direitos. Acredito que a história oral, em sua dimensão pública, deve contribuir para reconhecer a opressão e desconstruir percursos de discriminação – seja o racismo, o sexismo ou a lgbtphobia – no sentido de evidenciar, registrar e compartilhar histórias LGBTQIA+. Abrir espaços para escuta dessas vozes, de forma mais sistemática e como direito dentro da universidade deve ter por finalidade romper estigmas, garantir acessos e permanências, e recriar práticas pedagógicas, estudos e projetos pelos quais se assumam a “responsabilidade de criar novas configurações de poder e conhecimento” (KILOMBA, 2019, p.

⁵ No campo da História podemos encontrar debates sobre uma história que questiona o “cis-tema”, tais como os de Rea, Paradis e Amancio (2018), Boni e Rovai (2019), Quinalha e Farkas (2021), Colaço, Veras e Schmidt (2021), Holanda (2021) e de Lima (2021).

11). É preciso assumir o compromisso político com a comunidade, que não pode ser considerada mais como objeto de estudo, experiência ou público passivo, que sofre as ações de acadêmicos.

Aqui o conceito de mediação é fundamental, na medida em que a universidade não está acima dos conflitos e demandas, mas no meio deles, e o(a)s profissionais que a compõem precisam se responsabilizar pelas vidas com as quais se envolvem. Alessandro Portelli (2010), ao pensar nos trabalhos com história oral, afirmou que a autoria que assumimos sobre nossas pesquisas nunca são exclusivamente nossas, uma vez que aquilo que fazemos envolve diretamente as vozes e pessoas que se dispuseram a dizer. Este alerta caberia, se levarmos em conta o comprometimento de todas as ciências, todas elas historicamente humanas, pois mobilizadas por interesses que nos movem e que disputam “verdades”.

Quando a universidade cria projetos que promovem o reconhecimento, a escuta, a troca, o diálogo e a reparação (do dolo físico e político, da ferida social), envolvendo a comunidade LGBTQIA+, ela reafirma a defesa de que possa trabalhar em prol de políticas públicas que garantam direitos, não apenas ao nome, mas à identidade, ao desejo, à memória, à existência plena. Também reforça a ideia de que ali também é lugar de produção de um conhecimento cada vez mais descolonizado e decolonial, em que esse(a)s sujeito(a)s possam não apenas conhecer, mas se reconhecer na produção da pesquisa, nos currículos, nos espaços de ensino (em que também possam ensinar).

Nesse sentido, aponto dois projetos de extensão dos quais participei, que começaram a ser delineados na

UNIFAL-MG, ambos em decorrência de minha pesquisa sobre história oral de vida de pessoas transexuais e travestis e do contato com docentes e discentes nas disciplinas de Gênero e Sexualidade, e de Felicidade, criadas como espaço de troca de ideias e intervenção. O primeiro deles está em processo de elaboração com cursos de Saúde, como Medicina e Odontologia, e em parceria com a Prefeitura de Alfenas, mas que devido à pandemia está suspenso. Ele é voltado ao acompanhamento de pessoas transexuais e travestis, e tem envolvido principalmente estudantes e professore(a)s que se comprometem com uma ciência descolonizada e aberta à diferença. Este projeto estabelece diálogos com a coletividade da cidade, principalmente com sujeito(a)s que estão à frente de ações voltadas não apenas ao cuidado quanto à cirurgia de redesignação (se assim for desejo da pessoa envolvida), mas com o acolhimento por especialistas nos aspectos psicológicos e corporais. Além disso, a ideia é atuar na formação de estudantes e também de docentes, no sentido de romper com preconceitos e construir pontes com a comunidade LGBTQIA+. A ideia inicial foi proposta por Theo e Wall que, por meio de seu trabalho na cidade como agentes da saúde e da participação em eventos e aulas na Universidade, ofereceram a oportunidade de uma troca de saberes e de intervenção conjunta:

A Wall, mulher trans, e eu homem trans, pensamos o projeto de acompanhamento de pessoas trans em Alfenas e região. Foi quando conseguimos a cirurgia... Eu consegui fazer a minha cirurgia, mas hoje nosso projeto está com 25 pessoas; a gente está trazendo ele pra UNIFAL. Já conversei com a dra. Iara, a hematologista, que é professora na UNIFAL e Unifenas, que é minha médica, me

acompanha... Ela também super topa! Gente, é muito necessário trazer isso pra universidade! (Theo, informação verbal, 2019)

O projeto proposto por eles acabou ganhando contornos cada vez maiores e procura envolver a população LGBTQIA+ do sul mineiro. Há, também, uma preocupação com a despatologização da transexualidade e da travestilidade, um desafio do sistema de saúde, mas também de grande parte da Universidade que ainda é atravessada pelos discursos e representações cisgêneras como modelo binário e normativo. Como aponta Viviane Vergueiro,

a cisheterossexualidade, ou normatividade cisgênera (...) exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos. (VERGUEIRO, 2015, p. 43).

Diante dessas considerações, é preciso combater ainda a associação entre sexo e gênero, a ideia de que a cirurgia de redesignação seja um desejo universalizante dos indivíduos, que seu corpo possa ser colonizado pela medicina e que seu sexo possa ser “corrigido” com uma intervenção cirúrgica capaz de aproximá-lo do modelo cisheterossexual e binário homem-mulher. Seria o que Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) apontaram como a busca do “transexual verdadeiro”, uma concepção que reduz o problema relativo à existência, à dignidade e ao direito como passível de uma solução prescrita e legitimada

pelos dispositivos e saberes medicinais e jurídicos.

A ideia de despatologização da transexualidade e da travestilidade implica em se constituir processos de iniciação e de formação ética e sensível de profissionais dentro e fora da universidade. Nesse sentido, estimulados pelas propostas de Theo e Wall, embora o atendimento nas clínicas esteja suspenso devido à pandemia, os encontros para a leitura, o planejamento e a troca de experiências continuam de forma remota no grupo de *Gênero, Diversidade e Afeto*, que também planeja ações de extensão, como cursos de formação, mesas redondas e rodas de conversa multidisciplinares.

Outro projeto em parceria com o Movimento Gay de Alfenas e outras universidades de região, é a organização de um acervo virtual pela UNIFAL-MG, a partir das histórias orais de vida e de documentos pessoais ou coletivos relativos à trajetória de luta e de conquistas da população LGBTQIA+ no sul de Minas Gerais. Em processo inicial, aluno(a)s desenvolvem o levantamento de documentos junto à comunidade, que também orienta as temáticas do acervo. A ideia é, também, assim que possível, realizar oficinas de formação junto às escolas públicas, tanto em relação à seleção e resguardo do material quanto aos conceitos, à história LGBTQIA+ no sul mineiro e às experiências de aluno(a/e)s que abandonam a escola por sofrerem com o estigma e discriminação por parte de colegas e docentes. A maioria das pessoas que entrevistei trouxe à tona, em suas memórias, os momentos de humilhação que as fizeram desistir da escola, como Wall, cujas narrativas sobre o *bullying* sofrido, compartilhadas em encontros do PIBID, buscam

promover o questionamento sobre quem nós somos e de que maneira reproduzimos a intolerância em nossas condutas naturalizadas.

Em relação aos debates sobre ensino, entre 2020 e 2021, ainda pudemos desenvolver com discentes do curso de História uma ação de pesquisa sobre História Pública e memórias Queer, visitando virtualmente museus e acervos LGBTQIA+, além de realizar um levantamento de mídias/linguagens e elaboração de recursos didáticos para a promoção de um ensino voltado às histórias de mulheres cis, lésbicas, bissexuais, transgêneras, travestis, negras, indígenas e brancas. Esse processo foi uma recusa a aceitar políticas de retaliação ao uso das expressões de gênero e sexualidade (sempre implicadas com as questões de classe e raça) refletidas em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da qual elas foram retiradas, na tentativa de silenciar as existências, histórias e desejos plurais. Nesse processo, a escuta foi sempre importante e o(a)s aluno(a)s estiveram presentes em encontros com sujeitas (cis, travestis e transexuais) para aprender com elas, demonstrando que as tentativas de silenciamento não correspondem à submissão. Como um dos resultados, houve a elaboração de um caderno didático coletivo, com glossário e propostas de ensino sobre histórias das coletividades LGBTQIA+, negras e indígenas, que poderá ser acessado gratuitamente por professore(a)s e discentes do ensino básico e superior ou por qualquer pessoa interessada em refletir sobre uma história pública e posicionada em nome da diversidade e da vida⁶.

⁶ No momento da escrita deste artigo o Caderno de Atividades *Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais*, organizado por mim e por Livia

“Professor, o senhor já prestou atenção ao mundo?”

Encerro este texto com a pergunta feita por uma aluna a um professor universitário que procurava lhe ensinar que as diferenças não existiam. Dizia ele, em sua “boa intenção”, que a universidade tinha esse nome porque era lugar de todos, como seres humanos dotados de razão. Ela, então, pediu ao docente para que olhasse os indivíduos à sua frente na sala e lhe fez o questionamento acima, que o silenciou. Não quero dizer aqui que esta seja a visão generalizada sobre todo(a)s o(a)s profissionais da UNIFAL-MG ou de qualquer instituição de ensino. Pelo contrário, pretendi mostrar que, embora o “cis-tema” prevaleça em muitas práticas e discursos no espaço acadêmico, há nele rupturas, provocações e alianças sendo feitas cotidianamente. O exemplo da aluna aqui usado para balançar um pouco mais nossas certezas, foi apontado para que nos preocupemos mais em “ver o visível”, a diferença, e para que nos deixemos estimular pelas narrativas de nosso(a)s aluno(a)s e pelas demandas de mundos que pedem para ser percebidos e reconhecidos; valorizados e registrados; compreendidos e amados.

A ideia de se articular a história oral de vida de pessoas trans e travestis à sua presença na UNIFAL-MG, não apenas como objetos de estudo e de projetos de extensão ou ensino, mas como sujeito(a)s que se narram e propõem parcerias, parte sempre da posição de se fazer um exercício utópico de imaginação coletiva sobre a potencialidade das alianças entre corpos, pautas e afetos no espaço público acadêmico. É preciso que

Nascimento Monteiro, e escrito pelo(a)s aluno(a)s da UNIFAL-MG, encontra-se no prelo.

consideremos que a única forma de enfrentarmos as políticas de exclusão ou de indiferença aos sujeitos e sujeitas “dissidentes” da norma cisgênera, dentro e fora da universidade, deve ser o reconhecimento de privilégios e a denúncia de saberes e relações atravessados pelo poder e pela colonialidade. E, para isso, deve ocorrer a persistência na criação de processos de participação das comunidades, das organizações e movimentos sociais em projetos de pesquisa-ação, numa pluralidade de saberes e experiências que se encontrem e alterem o cenário de discriminação, exclusão e desolamento.

Ao produzirmos intervenções em que não supomos a exclusividade do dizer, do ensinar e do agir (cisgênero, sexista e branco) acadêmico sobre o mundo - mas em diálogo com os públicos ativos diversos – construímos possibilidades para descobrir nossos limites, desvelar nossos preconceitos, nossa cegueira e falta de empatia, como parte de um “cistema” que hierarquiza saberes e vidas. A universidade precisa se abrir, se agigantar, escutar, reescrever a história, descolonizar a ciência, enfim, reaprender. Acredito que as potencialidades para sua transgressão já estejam sendo criadas, de forma lenta, difícil, mas perseverante, a cada aliança, a cada projeto dialógico, a cada voz LGBTQIA+ capaz de produzir presença.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G.O. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das**

identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/ago. 2012.

BONI, Marcela B.; ROVAI, Marta G.O. Pelo direito de existir: narrativas orais de mulheres trans sobre a autonomia de seus corpos. In: MATA, João; ALMEIDA, Juniele R. **Corpo-história e resistência libertária**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

BUTLER, Judith. (2018). **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COLAÇO, RITA C.; VERAS, Elias F.; SCHMIDT, Benito B.(org). **Clio sai do armário**: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

HOLANDA, Heloísa B (org.). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LIMA, Michele Pires. **Senhoras do Tempo**: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Manaus, 2021.

NARDI, Henrique Caetano et al. O "Armário" da universidade: O silêncio institucional e a

violência, entre a espetacularização e a vigência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p.179-200, jul. 2013.

NASCIMENTO, Leticia Carolina P.; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; MARTINS, Lucivando Ribeiro. Aprendizagens em educação e as diferenças - resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, v.6, n.2, p. 2-13, 2010.

QUINALHA, Renan; FARKAS, Kiko. **Contra a moral e os bons costumes**: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Cia. das Letras, 2021.

REA, Catarina; PARADIS, Clarisse; AMANCIO, Izzie M. **Traduzindo a África Queer**. Salvador: Devires, 2018.

ROVAI, Marta G.O. **Que possamos ser o que somos**: narrativas orais sobre a trajetória do Movimento Gay de Alfenas (MGA). Alfenas: Atena, 2019.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Recebido em 2021-06-08
Publicado em 2021-08-01